

Dino nega bloqueio de emendas para saúde

Lula veta proibição de bloqueio para emendas impositivas

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino negou, nesta quarta-feira (1º), um pedido do partido Novo em bloquear os repasses das emendas para cumprir o mínimo constitucional para a área de saúde. Na terça-feira (31), o Novo protocolou ao STF um pedido de suspensão imediata dos recursos ao “Programa de Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade” e ao “Piso de Atenção Primária à Saúde”, ambos do Ministério da Saúde.

A sigla alega que os recursos estariam sendo usados “indevidamente visando compensar perdas parlamentares decorrentes da suspensão” das emendas de relator e de comissão, alegando “fortes indícios de desvio de finalidade”.

“As evidências apontam para a utilização de verbas em desacordo com seu caráter obrigatório, desvirtuando seu propósito original em favorecimento de interesses políticos e em detrimento do princípio da impessoalidade. A continuidade de tais práticas compromete a eficácia das decisões anteriormente proferidas por este Supremo Tribunal Federal, além de configurar grave violação ao ordenamento jurídico e potencial prejuízo ao interesse público”, declarou o Novo.

Dino, porém, argumentou que o pedido dos recursos havia sido feito no bojo da ação que analisa na Suprema Corte, a validade das emendas Pix. Ele ain-



A pedido do ministério, emendas visam garantir o piso de gastos com saúde

da reiterou que o partido questionava a execução das rubricas próprias do Executivo, “que são possuidoras de suas próprias regras constitucionais, legais e regulamentares”. As informações são do Estadão.

Entenda

Na terça-feira, Dino autorizou o repasse de R\$ 370 milhões em emendas parlamentares ao Ministério da Saúde “com a finalidade exclusiva” para cumprir o piso. O valor representa uma parte dos R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão, suspensas por Dino na véspera do natal. A pedido do magistrado, a Advocacia-Geral da União (AGU) indicou que seriam necessários R\$ 2,1 bilhões para cumprimento do piso constitucional. Desse valor, R\$ 370 milhões são relativos às emendas de comissões – sendo

R\$ 40,5 milhões de emendas propostas pelo Senado Federal e R\$ 330 milhões pela Câmara dos Deputados.

“O empenho de novos recursos em ações e serviços públicos de saúde deverá girar em torno dos R\$ 2,1 bilhões. Deste modo, mantida a determinação de cancelamento dos valores empenhados em emendas de comissão após 23/12, constata-se, portanto, a impossibilidade de alcance da aplicação mínima em saúde”, indicou a AGU ao STF.

Emendas Impositivas

Em meio ao rolo entre os poderes Legislativo e Judiciário acerca das emendas parlamentares, no último dia de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, com vetos, a Lei Complementar nº 200/2024, que prevê novas medidas para reduzir gastos em

caso de déficit fiscal das contas públicas. O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de terça-feira.

Dentre as mudanças, o presidente vetou o trecho que proibia o bloqueio de emendas parlamentares impositivas. Inicialmente o texto previa novas regras para contingenciamento e bloqueio de emendas parlamentares. Por recomendação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, o trecho foi vetado sob a justificativa de que, ao não prever o bloqueio das emendas impositivas, o governo estaria em desacordo com a decisão do Supremo.

O Executivo ainda defendeu que todas as emendas parlamentares, incluindo as impositivas, devem ter o mesmo tratamento que as demais despesas discricionárias do Executivo.

Salário mínimo, BPC, PIS/Pasep: Veja o que muda em 2025

Por Gabriela Gallo

À partir de 1º de janeiro de 2025, passa a valer uma série de mudanças aprovadas pelo governo federal e o Congresso Nacional, discutidas ao longo de 2024. Essas mudanças, em sua maioria voltadas para a economia do país, devem passar por alguns desafios, já que o ano começa sem a Lei Orçamentária Anual (LOA) definida, o que implementará limites na execução dos gastos públicos.

Salário Mínimo

A começar pelo salário mínimo, que passa de R\$ 1.412 para R\$ 1.518. O valor representa um aumento de 7,5%, que é a reposição de 4,84% da inflação de 12 meses apurada em novembro do ano passado e mais 2,5% de ganho real. O aumento do salário mínimo acima da inflação era uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O novo valor deve ser pago no início de fevereiro.

O valor está previsto dentro da lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que define um teto de até 2,5% acima da inflação para o reajuste anual do salário mínimo entre 2025 e 2030.

O valor do salário é de grande importância, não somente pelo impacto no salário de trabalhadores formais, mas também porque impacta diretamente: pagamentos de aposentados ou pensionistas (cerca de 19 milhões de pessoas); de quem tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), mais de 4,7 milhões de pessoas; de trabalha-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

dores com carteira dispensados do serviço, cerca de 7,35 milhões que acionaram o seguro-desemprego (segundo dados em julho de 2024); e os trabalhadores que têm direito ao abono salarial (PIS-Pasep), cerca de 240 mil pessoas no ano passado.

BPC

Além do impacto do salário mínimo no Benefício de Prestação Continuada, já estão valendo as novas regras do BPC. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 4614/2024 aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente impõem regras mais rígidas para ter acesso ao benefício.

O BPC é um benefício que paga mensalmente um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que não têm condições de se sustentar ou serem sustentados pela família. Nos últimos dois anos, o governo teve um aumento de 37% no pagamento do

benefício, um dos motivos das regras mais rígidas.

À partir de agora, para avaliar se o cidadão tem ou não direito ao benefício, serão somados todos os rendimentos brutos mensais de todas as pessoas que moram na casa, independentemente de parentesco. O próprio BPC não entra no cálculo, ou seja, há a possibilidade de dois BPCs serem pagos na mesma residência (por exemplo, uma casa com um idoso e uma pessoa com deficiência).

Eventuais ganhos de cônjuges ou companheiros que não vivam na mesma residência não contam para o cálculo da renda familiar.

A lei determina que os cadastros devem ser atualizados a cada 24 meses, no máximo. Além disso, é obrigatório biometria, com exceção quando o próprio poder público não conseguir implementar a tecnologia na localidade.

Abono Salarial

Neste ano o pagamento do

abono salarial PIS/Pasep passará por uma transição. O abono salarial é uma iniciativa do governo em oferecer um complemento de renda anual aos trabalhadores que atendem a critérios específicos, uma espécie de 14º salário.

Em 2025, terão direito ao benefício apenas empregados que ganhem até um salário mínimo e meio. Até o ano passado, trabalhadores que ganhassem até dois salários mínimos, e que tivessem trabalhado no ano-base com carteira assinada por ao menos 30 dias, poderiam receber.

Além disso, à partir de 2026, o valor para ter acesso ao abono será corrigido pela inflação. Em contrapartida, o esperado é que o salário mínimo terá ganho real.

Com as mudanças, o Ministério da Fazenda estima economizar R\$ 100 milhões em 2025, R\$ 600 milhões em 2026 e R\$ 2 bilhões em 2027.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Paulo Pinto/Agência Brasil



Presidente seguiu sugestão da Fazenda

Governo aposta que Congresso derrubará vetos

Na avaliação do governo, o Congresso Nacional vai derrubar os vetos do presidente Lula que mexem diretamente com interesses de partidos e de parlamentares: o que limita o aumento do Fundo Partidário e o que permite o não pagamento de emendas individuais.

Mas, apesar dessa crendice, o Planalto decidiu que era importante marcar posição. Isto, até para

reforçar o discurso do Ministério da Fazenda de que há preocupação com o equilíbrio fiscal. “A área econômica não poderia concordar com esses pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias”, diz um auxiliar do presidente.

O gesto de Lula também joga nas costas dos parlamentares a tentativa de justificar a entrega de tanto dinheiro para os partidos e emendas.

Respiro

Também nas contas do Palácio do Planalto, os vetos dão um respiro ao governo, colocado no canto do ringue nas últimas semanas pela alta do juros e disparada na cotação do dólar. “Pelo menos, as más notícias saíram das manchetes por uns dias”, comenta o auxiliar.

Sem conversas

Apesar da desconfiança no Congresso de que Lula e Flávio Dino jogam afinados, o Planalto nega combinação. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, interlocutor frequente do ministro do Supremo Tribunal Federal, tem dito que os dois não se falam há algum tempo.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Deputado mantém interlocução com Planalto

Com Motta, esperança de tempos mais tranquilos

Ainda não dá para cravar como será a relação do governo com a Câmara depois da mais que provável eleição de Hugo Motta (União-PB) para a presidência da Casa.

Mas as perspectivas de uma boa convivência — pelo menos em relação ao período Arthur Lira (PP-AL) — são bem razoáveis.

O deputado tem conversado com o Planalto, o que inclui uma constante interlocução com o ministro Alexandre Padilha, responsável pela articulação política.

Lira nunca escondeu a irritação com o ministro que, para ele, prometia muito e cumpria pouco. Sempre o culpou por problemas com o governo.

Trunfo

Manter a boa relação do governo com o PSD e o MDB — cada um tem três ministérios — é um trunfo do governo para barrar a candidatura do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) à Presidência em 2026. Para tentar o Planalto, ele teria que brigar com muita gente.

Herança

Kassab quer ser o vice de Tarcísio na reeleição para o governo paulista; assim, herdaria sua cadeira quando ele se ausentasse para disputar a Presidência — em 2030. O poder do MDB no Planalto também dificulta movimentações do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

Canoas

Principal conselheiro político de Tarcísio e seu secretário de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab, presidente do PSD, quer manter os pés nas canoas federal e estadual. A candidatura de Tarcísio ao Planalto faria com que tivesse que optar por um dos lados.

Sem mexidas

Primeiro emedebista a ser eleito para a prefeitura, Nunes teria que deixar o partido para apoiar a candidatura presidencial de Tarcísio em 2026, o que seria complicado. Como não poderia deixar retribuir a força recebida do governador, melhor deixar tudo como está.